

***HISTÓRIA DO ENSINO RURAL NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA-MG (1950 A 1979): OS SUJEITOS E SUAS PRÁTICAS.***

Caroline Abreu Araujo<sup>1</sup>, Sandra Cristina Fagundes de Lima<sup>2</sup>

**Resumo:** Esse artigo tem como objetivo relatar as atividades de pesquisa realizadas durante o primeiro ano do projeto PIBIC/FAPEMIG (Nº do Processo: HUM 17/2009) “*História do ensino rural no município de Uberlândia-MG (1950 a 1979): os sujeitos e suas práticas*” coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Cristina Fagundes de Lima. O tema desta pesquisa consiste na história do ensino rural em Uberlândia, no período de 1950 a 1979. Nesse primeiro ano de pesquisa, dedicamos à compreensão de como o ensino rural estava organizado no município de Uberlândia no período em estudo. Para tanto, os nossos objetivos foram: a) Identificar quantas e quais eram as escolas rurais no município de Uberlândia; b) Analisar o perfil dos alunos no que diz respeito ao sexo e faixa etária; c) Aprender a rotatividade de alunos quanto ao ingresso e conclusão da 1ª série primária; d) Observar o perfil dos professores; e) Pesquisar a participação do Município na manutenção das escolas; f) Perscrutar a representação da imprensa sobre o ensino rural. Para atingir esses objetivos consultamos e analisamos as seguintes fontes que se encontram no acervo do Arquivo Público de Uberlândia (ArPU): Jornal Correio de Uberlândia, Jornal “O Repórter”, Atas do Legislativo, Livros de Registro de Matrículas, Livro de Registro de Frequência dos alunos, Quadro de Promoção das Escolas do ano de 1969 e Livro de Requisição de Material dos anos 1971 e 1972. Após análise dos dados podemos afirmar que muitas escolas rurais eram criadas, reformadas, tinham seus nomes alterados, mas, muitas também eram fechadas, principalmente pelo baixo número de matrículas. Em 1974 encontramos nos jornais e atas o último dado referente ao número de escolas rurais, sendo divulgada existência de 44 unidades escolares. Identificamos um total de 210 professores, sendo 199 professoras e 11 professores. Concluimos, portanto, que as escolas rurais exerciam um papel fundamental na alfabetização

---

<sup>1</sup> Aluna de graduação em Pedagogia da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica, av. João Naves de Ávila, 2121, bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902. E-mail: carol\_abreu\_g12@yahoo.com.br. Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FAPEMIG/UFU).

<sup>2</sup> Doutora em Educação, coordenadora e orientadora do projeto de iniciação científica “História do Ensino Rural no município de Uberlândia – MG (1950 a 1979): os sujeitos e suas práticas”, projeto aprovado no edital FAPEMIG, Nº do Processo: HUM 17/2009, vigência 2010/2011. Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica, av. João Naves de Ávila, 2121, bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902. E-mail: sandralima@ufu.br.

das crianças, porém ficavam em segundo plano, principalmente pela falta de investimentos e desinteresse do poder público que tinha como prioridade os problemas do meio urbano. As aulas na zona rural obedeciam a mesma planificação da zona urbana, assim os conteúdos das escolas eram equivalentes, uma vez que os testes e provas eram idênticos. Os alunos que ingressavam na primeira série primária enfrentavam muitas dificuldades para concluir o ano letivo. A rotatividade se dava em sua maioria devido às mudanças residenciais dos pais e por causa da participação dos filhos na lavoura e nas tarefas domésticas.

Palavras – Chave: História do Ensino Rural. História da Educação. Fontes. Sujeitos das Escolas Rurais.

**Abstract:** The aim of this article is to describe the development of the research done during the first year of the project PIBIC/FAPEMIG (process number: HUM 17/2009) “History of the rural education in Uberlândia - MG (1950 – 1979): The subjects and its practices coordinated by the teacher Dr. Sandra Cristina Fagundes de Lima. The theme of this research is based on the history of the rural education in Uberlândia during the period of 1950 to 1979. In the first year of research we decided to dedicate to the understanding of how the rural education was organized in Uberlândia, therefore our aim was: a) To identify how many and where was the rural schools in Uberlândia; b) To analyze the students’ profile in respect to age and sex; c) To learn the students cycle of starting and finish primary one; d) To observe the teachers’ performance; e) To learn how much support the council was giving to the schools; f) To probe the press representation on rural education; In order to achieve our objective we analyzed the following sources which are found in the Public Archive of Uberlândia (ArPU): Uberlândia Post Newspapers, The Reporter Newspapers, Minutes of the legislative, Records of students’ registration, Register books, Framework of schools’ promotions for the year of 1969, Record of schools’ request of material for the years of 1971 and 1972. After a careful analyses of all the sources researched we conclude that many rural schools were built, refurbished and had their names changed, but many other were closed down by the fact that there were not a great number of students registering with the schools. In the 1974 newspapers and minutes we discovered the last data in relation to the number of rural schools in Uberlândia, being 44 rural schools open. There was 210 teachers being 199 were female and 11 males. We then conclude that rural schools in Uberlândia were of paramount importance for the children’s alphabetization but the public government would give the urban problems priority leaving the rural schools in the background. The rural schools’ framework

were the same as the urban schools, the teaching content were equivalent once all the exams were the same. It was really difficult for all the children to conclude primary one. The constant cycle of children starting school and moving away were due to change of address and the fact of the children also to work in plantations and house chores.

**Key words:** History of Rural Education. History of Education. Sources. Rural Schools' subjects.

## 1. INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa, realizada durante o primeiro ano do projeto PIBIC/FAPEMIG, consiste na história do ensino rural em Uberlândia no período de 1950 a 1979. Nesse primeiro ano de pesquisa dedicamos à compreensão de como o ensino rural estava organizado no município de Uberlândia no período de 1950 a 1979. Para tanto os nossos objetivos específicos foram: A) Conhecer sobre o ensino primário no Brasil; B) Identificar quantas e quais eram as escolas rurais no município de Uberlândia; C) Analisar o perfil dos alunos no que diz respeito ao sexo e faixa etária; D) Aprender a rotatividade de alunos quanto ao ingresso e conclusão da 1ª série primária; E) Observar o perfil dos professores; F) Pesquisar a participação do Município na manutenção das escolas; G) Perscrutar a representação da imprensa sobre o ensino rural.

Antes deste período por nós analisado a educação rural era feita por professores que não tinham formação superior. Possuir domínio da leitura e escrita eram os únicos requisitos para ser docente e como não existiam escolas instaladas no meio rural em quantidade suficiente para atender a população daquele meio, as aulas eram ministradas nas casas dos proprietários das fazendas. Mas, ao final da primeira metade do século XX, começaram a ser instaladas escolas públicas rurais de ensino primário em algumas fazendas e, a partir de então, as crianças começaram a freqüentá-las. Assim as escolas rurais passaram a representar a maioria das instituições de ensino primário no Brasil.

O motivo de ter escolhido os anos 1950 para essa pesquisa decorre da necessidade de conhecer a história do ensino ministrado na zona rural do município de Uberlândia no período em que se registrou uma expansão do número de escolas rurais. O fator relevante para o recorte cronológico encerrar em 1970 consiste no fato de, ao analisar o processo de constituição, consolidação e transformação ocorridos no final da década de 1970, termos

verificado a ocorrência nesses anos de transformações significativas no objeto da investigação, iniciando-se uma modificação na estrutura de funcionamento dos estabelecimentos rurais de ensino em relação ao processo de nucleação, o que levou à extinção de algumas escolas e a ampliação de outras por meio da incorporação de alunos e professores daquelas. Porém, embora tenhamos delimitado esse período, a pesquisa poderá tanto recuar quanto avançar no tempo estabelecido, caso seja necessário ampliar o conhecimento acerca do contexto analisado. Segundo Boschi,

Utiliza-se a periodização para facilitar a compreensão de uma totalidade, ela nada mais é do que uma ferramenta prática. É fundamental, entender como os fatos históricos se articulam e como as permanências e rupturas caracterizam determinado período de tempo (2007, p. 46).

## **2. METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos específicos, pesquisamos as seguintes fontes, que se encontram no acervo do Arquivo Público de Uberlândia (ArPU): Jornal Correio de Uberlândia; Jornal “O Repórter”; Atas do Legislativo; Livros de Registro de Matrículas; Livro de Registro de Frequência dos alunos; Quadro de Promoção das Escolas do ano de 1969 e Livro de Requisição de Material dos anos 1971 e 1972.

### **2.1 Caracterização das fontes**

Segundo Bacellar 2006, o destino de muitos jovens que entram nos cursos de pós-graduação em História, ou mesmo daqueles que dão seus primeiros passos em projetos de indicação científica, é a pesquisa em arquivos, onde podemos encontrar as mais diversas fontes. Ao iniciar a pesquisa, devem-se localizar as fontes verificando quais conjuntos documentais poderão ser investigados em busca de dados.

O trabalho com as fontes é muito importante, pois essa prática é o melhor caminho para o aprendizado, sendo, também, o melhor direcionamento dos primeiros passos de uma pesquisa. A história se faz com fontes, essas são a matéria prima da História.

Fonte histórica é tudo o que pode fornecer informações sobre o passado: documentos escritos, cartas, testemunhos, objetos do cotidiano, instituições, fósseis, imagens, músicas, mapas, edifícios, jornais, obras de arte e qualquer outro tipo de material que aos olhos dos historiadores carregam vestígios de épocas e acontecimentos (...). Como se vê grande parte das fontes da História não foi produzida com o objetivo de informar ou perpetuar a memória, mas foram apropriadas como tal pelo fazer historiográfico (BOSCHI, 2007, p. 32).

É importante manter o diálogo com as fontes, tendo em vista a necessidade de sempre problematizá-las, evitando com isto tomá-las como uma verdade absoluta. Partimos do pressuposto de que à produção dos textos correspondem uma série de interdições e inúmeras representações que necessitam ser questionadas. A seguir apresentaremos as fontes empregadas nessa pesquisa. Nossa intenção é descrevê-las, demonstrando as contribuições que nos trouxeram.

### **2.1.1 Jornais (Imprensa)**

Embora em alguns momentos a imprensa tenha sido vista como uma mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos. Embora também os periódicos tenham sido apreendidos como meros receptáculos de informações a serem relacionados, extraídos e utilizados ao prazer do pesquisador, sabemos que os jornais selecionam, ordenam estruturam e narram, aquilo que se elegem como digno de chegar até o público. O pesquisador trabalha com o que se tornou notícia o que por si só já suscita várias questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram a decisão de dar publicidade a alguma coisa; ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento e para o local em que se deu a publicação (LUCA, 2006).

Ainda que a “grande imprensa”, representada, sobretudo, pelos jornais de maior circulação, seja uma instância subordinada às classes dominantes, é importante identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, bem como verificar suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, incluindo os de caráter publicitário. Esse cuidado é necessário pois os jornais não são obras solitárias, mas são empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, agregando pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita. É um ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum.

Outro aspecto a ser observado ao se trabalhar com a imprensa incide sobre a sua materialidade. Assim, é necessário observar que as variações na materialidade dos jornais resultam da interação entre métodos de impressão disponíveis num dado momento e o lugar social ocupado pelos periódicos. Assim, a forma como os periódicos são impressos nada tem de natural. Diante disso, Charaudeau (2006) informa que a imprensa tem as suas próprias exigências de visibilidade, de legibilidade e de inteligibilidade. A exigência de visibilidade diz respeito à composição das páginas do jornal de maneira que as notícias possam ser facilmente encontradas e apreendidas pelo leitor, por exemplo, a primeira página, as fotos,

desenhos, tabelas etc. Em relação à exigência de legibilidade, a exposição deve ser a mais clara possível a respeito dos acontecimentos produzidos no espaço público, através dos modos discursivos do acontecimento relatado, por exemplo: localização, molduras, ilustrações, tipografias e a redação dos títulos. Quanto à inteligibilidade, aplica-se principalmente ao comentário do acontecimento; esse nos leva ao esclarecimento do porque e como são produzidas as notícias, particularmente pelas formas textuais que se apresentam como comentários. Nessa categoria, podemos citar: os editoriais, crônicas, análises e outros.

Segundo Charaudeau, existem alguns gêneros dominantes na imprensa e dentre os mais importantes podemos citar o *editorial e a crônica, os títulos e o dossiê*. O editorial e a crônica esclarecem os acontecimentos considerados os mais importantes da atualidade e os acontecimentos culturais mais recentes, com isso o autor do editorial ou da crônica pode reivindicar o direito à personalização do ponto de vista e até mesmo a subjetividade; a grande diferença entre os dois é que o propósito do editorial se concerne ao domínio político e social e a crônica se dedica ao domínio cultural. Os títulos encontram-se na zona do “acontecimento relatado”. Os dossiês são artigos esclarecedores sobre determinada questão, tanto dos fatos quanto dos comentários.

O jornal assume uma posição de que sabe o que dizer. Portanto, ao trabalhar com o discurso jornalístico, nesta pesquisa, procuramos identificar e refletir sobre quais aspectos da realidade da escola rural e dos seus sujeitos são colocados em evidência, a que tipo de notícia ele se mostra permeável, que matérias são selecionadas e como são hierarquizadas, que enunciações se constroem em torno das questões que propomos investigar. A seguir, falaremos então, um pouco sobre a história dos dois Jornais pesquisados.

- ***Jornal Correio***

Escolhemos o “Jornal Correio” por ser o único jornal que está com as edições do período por nós pesquisado praticamente completas (é veiculado até os dias atuais). O trabalho com o texto jornalístico nos leva a identificar e refletir sobre qual era a realidade dos professores, alunos e pais e o que era evidenciado na narrativa da imprensa em relação a esses sujeitos.

Em 1938 dava-se o início da publicação do “Correio de Uberlândia”, pelo produtor rural Osório José Junqueira vindo de Ribeirão Preto, que deixava o jornal por conta de seu filho Luiz Nélon Junqueira. Na época da fundação, o redator-chefe era Abelardo Teixeira e devido às dificuldades da implantação do negócio, a periodicidade era irregular, com as

seguintes variações: não veiculava na segunda-feira e nem no domingo; não veiculava na segunda-feira e sexta-feira; era publicado em dias alternados; era veiculado de dois em dois dias; às vezes eram publicados dois números em um só exemplar e etc.

Em 1940 o jornal foi vendido para alguns integrantes da União Democrática Nacional (UDN), dentre os quais podemos destacar: João Naves de Ávila, Nicomedes Alves dos Santos e Alexandrino Garcia. Em 1952, assume a direção do periódico Valdir Melgaço Barbosa, vereador e depois deputado estadual pela UDN e, mais tarde, Arena - Aliança Renovadora Nacional. Durante as décadas de 1950 e 1960 o jornal teve uma forte ligação política com a UDN, e devido ao suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, passou por momentos difíceis. Mediante mudanças de redator chefe, a idéia era fazer um Jornal que agradasse a cidade (CORREA, 2010).

Nos períodos acima mencionados, somente nos anos de 1973 a 1976 eram informados os números de exemplares (3.000 exemplares por edição), e em relação à divisão das matérias não obedecia a uma forma contínua. A conservação dos jornais no acervo no período de 1950 a 1979 está em péssimas condições. O jornal veiculava matérias sobre: esportes, política (incluindo em algumas edições as atas do Legislativo), sociedade (notas de falecimentos, casamentos, editais de concursos, etc.) e cultura (artigos religiosos, filmes em cartaz no cinema).

Em 1986, o Grupo Algar<sup>3</sup>, por meio da *Algar Mídia*, assumiu o jornal e o mantém até hoje. O jornal passou por várias transformações gráficas e editoriais e se firmou como o principal órgão de imprensa em meio impresso e internet em Uberlândia e região. O jornal já foi chamado de “Correio do Triângulo” (1991 a 1995) e apenas “Correio” (1995 a 2006). Hoje tem o mesmo nome que nos anos de 1938 e 1991: “CORREIO de Uberlândia”

- ***Jornal O Repórter***

Outro jornal que pesquisamos foi o “*Jornal o Repórter*” publicação bi semanal dedicado aos interesses de toda Zona conhecida por Brasil Central. O Jornal disponível no ArPu começa em 15/08/1950 e termina em 31/12/1963, porém não estão disponíveis todos os números, e a maioria dos existentes não está em boas condições. Em agosto de 1963 o Jornal foi vendido ao Órgão da Gráfica Editora OVD de São Paulo, tendo como Presidente João Vinicius de Carvalho Daher e Diretor Responsável: Gian Franco Bolzoni. O Redator Chefe de

---

<sup>3</sup> O Grupo Algar é um grupo empresarial empreendedor que atua nos setores de TI/Telecom, Agro, Serviços e Turismo, foi constituído em 1954 e tem atuação em todo o território Nacional.

1954 a 1961 foi Marçal Costa, e o Diretor Proprietário era João de Oliveira. A periodicidade era irregular: às vezes não veiculava aos domingos; outras vezes passava 1 ou 2 dias sem editar ; e em algumas vezes veiculava de 3 em 3 dias.

### **2.1.2 As Atas do Legislativo:**

Após as pesquisas com os jornais, começamos a analisar o acervo das Atas do Legislativo, foram analisados 75 livros de registros (do livro número 36 ao livro número 111, segundo a numeração do Arquivo Público).

As Atas do Legislativo são importantes para interpretar o ensino rural no município de Uberlândia, pois este documento nos permite analisar as discussões e ações da Câmara Municipal, nos possibilitando compreender a importância (ou o descaso) que os políticos concederam ao ensino rural, através do acompanhamento das discussões dos projetos dos vereadores e como eram defendidos seus pontos de vista.

### **2.1.3 Livros de Registro de Matrículas**

Encontramos também os Registros de Matrículas de 49 Escolas Rurais em aproximadamente 99 livros e dessa documentação retiramos os seguintes dados: Dados de identificação: Nome da escola, data, série dos matriculados; Total de alunos matriculados; Idade dos alunos; Quantos alunos eram do sexo masculino e quantos do feminino; Profissão do pai e/ou da mãe; Naturalidade; Residência; Observações anotadas.

Com esses dados podemos ter uma visão sobre a movimentação de entrada/saída dos alunos nas escolas, quais eram os percursos que eles tinham que fazer para chegar à escola.

### **2.1.4 Livro de Registro de Frequência diária dos alunos**

Nos Registros de Frequência diária, encontramos dados de 76 Escolas Rurais, em aproximadamente 457 livros e coletamos os seguintes dados: Dados de identificação: Nome da escola, data, nome do professor (analisando sempre se houve mudança do professor); Total de alunos ingressantes; Idade; Total de alunos do sexo masculino e total do feminino; Total de alunos concluintes; Observações anotadas.

Esses dados nos mostram a entrada e saída dos alunos das turmas, bem como as notas e os índices de aprovação/reprovação, que eram números bem significativos, também nos permitiram perceber a grande rotatividade de professores, e as mudanças dos nomes das Escolas.



### **2.1.5 Promoção das Escolas do ano de 1969**

Encontramos dados de 31 Escolas Rurais, e retiramos os seguintes dados: Dados de identificação: Nome da escola, data, nome da regente; Total de alunos matriculado; Total de aprovados e de reprovados; Quais matérias eram avaliadas; Quantos apresentaram registro civil; Observações anotadas.

### **2.1.6 Livro de Requisição de Materiais, dos anos de 1971 e 1972**

Já do livro que contém as Requisições de Material para as Escolas dos anos de 1971 e 1972, retiramos os seguintes dados das 46 Escolas Rurais encontradas: Dados de identificação: Nome da escola, data, quantidade de alunos; Especificação do material e quantidade. Classificando o material de acordo com os seus usos, por exemplo: material didático (cadernos, lápis, borrachas, giz etc.), material de higiene/limpeza (Bombril, vassoura etc.), primeiros socorros (analgésicos, mertiolate, algodão etc.); mobiliário; Observações anotadas.

## **3 – DISCUSSÃO**

Para caracterizar o ensino rural no município de Uberlândia, trataremos dos aspectos relacionados à participação do município, aos professores rurais e aos alunos das escolas rurais. No primeiro item abordaremos a abertura, fechamento e reformas das escolas, bem como auxílio financeiro que era destinado às instituições rurais e como essas eram vistas pelo poder público. No segundo, analisaremos a formação dos docentes e os problemas referentes à sua remuneração. Por fim, no terceiro item discutiremos a quantidade de alunos ingressantes e concluintes das escolas rurais, bem como os motivos que os levavam a se afastarem da escola.

### **3.1 A Participação do Município**

Ao longo da história pouco se estudou sobre o ensino rural; a relevância sempre foi conferida às escolas urbanas. No entanto, é importante conhecer a história das escolas rurais em Uberlândia, pois praticamente foi nessas instituições de ensino que se alfabetizou a maioria da população do município de Uberlândia até a primeira metade do século XX e pouco conhecemos sobre essas instituições (LIMA, 2009). Por exemplo: Quantas escolas existiam? Qual era a rotatividade dos alunos quanto ao ingresso e conclusão? Qual era o nível de instrução dos professores, uma vez que não havia a obrigatoriedade de comprovar a

conclusão do ensino secundário para ministrar as aulas? Mesmo com o grande aumento de escolas rurais no município em 1952, essas ficaram “esquecidas” pelo governo e funcionavam em condições precárias. Não obstante, ainda conseguiam se manter e promover o ensino.

Ao investigar o ensino rural nota-se que era visto como um instrumento para fins sociais e políticos, era pensado para fixar o homem no campo, não sendo defendido como um meio de qualificar o homem para aprimorar o seu trabalho no campo e tampouco para concorrer a um trabalho urbano. As escolas eram instaladas, em sua maioria, nas fazendas que possuíam um grande número de população em idade escolar. A situação das escolas era caracterizada pela precariedade, conforme descrito na reportagem a seguir:

Verificamos que si ainda possuimos algum ensino rural em nosso município, nós o devemos mais á dedicação de alguns professores rurais, e á boa vontade de alguns fazendeiros, de que mesmo aos poderes governamentais. Estes, até hoje, tem se limitado a criar algumas escolas mais no sentido político do que nas necessidades reais do ensino. Na verdade, podemos dizer que a maioria de nossas escolas rurais estão situadas sem obedecer a qualquer plano previamente traçado e ainda mais em prédios que muito mal atenderiam ás condições necessárias á uma simples casa de despejo. E si isto não bastasse, temos ainda que notar, que estes cômodos já por si mesmos tão deficientes não contam com os moveis e utensílio necessários para atender ao mínimo exigido ao seu funcionamento mais ou menos normal. Carteiras em numero inferior ao necessário, muitas vezes sem ter sequer um pote para guardar água necessária aos alunos e professores e quase sempre sem instalações sanitárias. Os professores, infelizmente, apesar de na maioria das vezes, esforçados e mesmo dispostos ao sacrifício, não tem na sua totalidade a competência necessária, visto que são obrigados a lecionarem simultaneamente conhecimentos referentes aos 4 anos do curso primário (FREITAS, 1955, não paginado).

Mesmo exercendo um papel fundamental na alfabetização das crianças até o final da década de 1960, estas escolas ficaram em segundo plano, principalmente pela falta de investimentos e desinteresse do poder público.

Embora pela leitura das Atas da Câmara Municipal tenhamos observado que a prioridade de muitos vereadores era tentar resolver os problemas da zona urbana, deixando assim a zona rural em segundo plano, encontramos nesses documentos algumas discussões a respeito da situação das escolas rurais, principalmente no tocante ao número de alunos freqüentes às aulas, com destaque para as escolas dos distritos (PREFEITURA, 1959, p. 2). Nas atas também encontramos registros da formação de comissões para visitar os estabelecimentos rurais de ensino, porém alguns vereadores, considerando as dificuldades e o tempo necessário a visita, desistiam da empreitada e justificavam com a alegação de que as escolas ofereciam pouca variação (PREFEITURA, 1956, p. 80). Havia um grupo de vereadores que sempre se empenhava na melhoria das condições do ensino em Uberlândia,

mas muitas vezes esse grupo não recebia o apoio necessário de seus colegas, conforme podemos verificar no fragmento a seguir:

Afirma o vereador Pedro [- - ] Filho que existe neste Legislativo um grupo de vereadores que tem sempre se empenhado na melhoria das condições de ensino em Uberlândia, mas que muitas vezes esse grupo não recebe o apoio necessário de seus colegas. Julga que a rejeição verificada por ocasião do projeto é oriunda de um gesto impensado dos Sr. Vereadores que votaram contra o projeto, pois essa Câmara que tem votado verbas ou abertura de créditos para pagamentos de “Wisk” consumidos em festas para inauguração de Clubes de Diversões não deveria negar meios para construção de mais escolas no município, principalmente quando se sabe que essa escola sem qualquer outra despesa para o município antes mesmo de concluir a construção de sua sede vem mantendo uma frequência de cerca de quarenta alunos. (PREFEITURA, 1958, p 44V).

Em outubro de 1956, foi sugerida a nomeação de uma Orientadora de Ensino para atender as necessidades das escolas rurais, bem como para conseguir obtenção de material escolar. A proposta foi elogiada e concluída em 21/11/1956, foi comunicada a presença da orientadora Regional do Ensino, que compareceu a sessão com a finalidade de fazer uma exposição sobre os convênios que o Estado vinha firmando com os municípios no sentido de dar orientação ao ensino rural. Segundo os vereadores, a Câmara teria que ter sempre em mente o problema do ensino Municipal, que estava cada vez mais ineficiente e desorganizado notadamente o da zona rural, com grande prejuízo para os alunos e desperdício de dinheiro por parte do Município (PREFEITURA, 1956, p. 1; p.71).

Para tratar sobre a liberação de verbas para as escolas rurais com o prefeito, bem como verificar o funcionamento das escolas rurais no ano de 1959, foi sugerida a nomeação de uma comissão, que em novembro informou à Câmara que já havia percorrido doze estabelecimentos na zona do distrito de Martinésia, e diversas escolas do distrito de Cruzeiro dos Peixotos (PREFEITURA, 1959, p. 2; p. 84).

As turmas eram unificadas, o professor ministrava aula para alunos de diferentes níveis de adiantamento. A escola primária deveria difundir os saberes elementares e os rudimentos das ciências físicas, naturais e sociais, porém as disciplinas que os alunos das escolas rurais estudavam eram: a Língua Portuguesa, a Matemática, Estudos Sociais e em poucas turmas as Ciências Naturais.

Prescreve a constituição brasileira de 1946, no seu artigo 168 inciso III, que as empresas industriais, comerciais e agrícolas em que trabalham mais de cem pessoas são obrigadas a manter ensino primário gratuito para seus servidores e filhos destes. Mesmo já tendo sido discutido na Câmara sobre a necessidade de ser criado um tipo padrão para a construção de escolas rurais, essas seguiam funcionando em locais improvisados.

Pouco se falava sobre auxílio do Governo Federal para as escolas rurais. Em Janeiro de 1951, o Secretário da Educação assinou com o diretor do INEP, um convênio para aquisição de equipamentos de escolas. Esse convênio iria permitir a remessa de mobiliário completo, e com a ajuda de convênios firmados anteriormente, trinta escolas rurais seriam construídas. O auxílio federal para a aquisição rápida desse equipamento chegava a 320 mil cruzeiros. Outro auxílio Federal ocorreu em Junho de 1960, no qual o Ministério da Educação e Cultura buscando intensificar a edificação de escolas no campo, oferecendo aos filhos de agricultores condições para o aprendizado aprovou uma rubrica de sessenta milhões de cruzeiros para a construção, reconstrução e equipamentos para escolas primárias rurais.

Analisando as discussões nas Atas do Legislativo identificamos que na década de 1950 a prefeitura concedeu um auxílio correspondente à metade da importância despendida, anualmente, pelo prefeito com o ensino rural, (porém ainda não conseguimos identificar os valores). Naquele ano foram autorizadas a construção de nove Escolas Rurais. São elas: A Escola na Fazenda dos Martins em março de 1950; em 1951 a escola da Fazenda da Tenda; em abril e em Junho tivemos a inauguração e instalação o Grupo Rural do bairro “Moreno” (GRUPO, 1951, p. 4); a escola da Rocinha que iniciou a discussão em março de 1952 e foi concluída em março de 1953; a escola de Capim Branco em maio de 1952 e Fazenda Água Limpa em Agosto; Escola na Fazenda Buriti em Novembro de 1953; Escolas de Cruz Branca, em Fevereiro de 1954 e em novembro escola na Fazenda da Lagoa; Capão Grande em maio de 1958 (PREFEITURA, 1950, p. 21v; 1951, p. 96; 1952, p. 5 e 5v, p. 20 e 20v, p. 72; 1953, p. 39v, p.54; 1954, p. 19v, p. 20, p. 82V, p. 83; 1958, p.17v).

Em relação à reforma dos prédios escolares, em novembro de 1955 foi aprovada a construção de um cômodo anexo à Escola da Tenda para dormitório do professor. Quanto à reabertura de Escolas, em maio de 1958 foi aprovada na Câmara a reabertura da Escola da Fazenda Olhos D’ Água, com a solicitação também um reparo na mesma.

Os auxílios para as escolas discutidos na câmara foram: auxílio para a escola de Cruz Branca em novembro de 1951. Um vereador era contra a aprovação do projeto por considerar que a escola, no local onde a queriam instalar, não beneficiaria nenhum morador, a não ser o proprietário do prédio (PREFEITURA, 1951, p 58v). Em relação à verba contida na proposta orçamentária e destinada a construção de prédios escolares na zona rural, o prefeito informou em novembro de 1956, que no decorrer do exercício seguinte, o estado deveria regularizar a transferência de professoras, e assim forneceria recursos para a abertura de créditos suplementares para a construção das escolas.

No final de maio de 1958, pediu-se um auxílio para a construção de uma escola, sendo esse rejeitado pelo voto de cinco vereadores. Ressalta-se que essa solicitação foi indeferida mesmo sendo do conhecimento de todos que antes de ser concluída a construção de sua sede, essa escola já contava com uma frequência de cerca de quarenta alunos sem qualquer outra despesa para o município.

Na década de 1960 foi autorizada a construção de cinco escolas. Em fevereiro de 1963 deveria ser construída uma escola no Distrito de Miraporanga, porém um vereador levantou a questão de já existir a escola Domingas Camim, mas que o funcionamento das aulas não estava correspondendo às necessidades do ensino e que esse deveria ser regularizado. No mesmo ano, em junho, foi solicitado que se permitisse o funcionamento da velha escola de Jeubá, no distrito de Tapuirama, com a justificativa de que a escola funcionava há mais de 12 anos e que naquele ano teriam sido matriculadas 26 crianças, no entanto posteriormente a prefeitura determinou a abertura de uma nova escola, dividindo os alunos em dois grupos. Esse estabelecimento foi instalado a uma distância de cerca de 200 metros da outra já existente.

Em junho de 1964 começou a construção de duas escolas rurais, não sendo especificado o lugar. Em maio foi apresentado um projeto de lei que abria crédito especial de Cr\$ 800.000,00 para construção de uma Escola no lugar denominado “Paciência” no distrito de Tapuirama, e outro projeto de lei, que criava a verba de Cr\$ 200.000,00 para a reconstrução do prédio escolar do Monjolinho, sendo autorizado em agosto. Em novembro foi autorizada a criação da escola de Geribá no distrito de Tapuirama.

No ano de 1971 havia uma meta para se chegar a 50 escolas rurais; de acordo com a diretora do Departamento de Educação, professora Creuza Rezende M. Costa, a prefeitura estava capacitada a atender quantos pedidos de instalação fossem feitos por fazendeiros, para a instalação de uma escola rural, o fazendeiro deveria colaborar com a construção do prédio e a prefeitura forneceria a professora e as carteiras necessárias. Segundo as Atas da Câmara, a administração havia construído cantinas nas escolas da zona rural e construído cinco escolas e mais cinco seriam inauguradas no ano em curso.

Em janeiro de 1971 alguns habitantes do meio rural, através de pais de crianças, estudaram as maneiras para aumentar a rede de escolas rurais em Uberlândia. Dirigiram-se ao prefeito Virgílio Galassi e levaram-no as reivindicações de abertura de mais vagas. Havia estudos para construção de duas escolas, que foram inauguradas em novembro do mesmo ano, uma instalada na Fazenda do Capão Grande, a Escola Rural Tijuco e a Escola Rural Antonio

de Oliveira Marquez, na Fazenda Vertente Grande. No mês de Julho acabou a reforma da Escola Domingos Camim, no município de Miraporanga. Segundo as discussões registradas nas atas da Câmara Municipal, a escola encontrava-se com ótimo prédio, abastecimento de água perfeito e uma cantina atendendo diariamente todos os alunos. Em dezembro de 1973 foi inaugurada a escola rural Douradinho. Em março de 1974 teve uma solicitação para construção da Escola Terra Branca. Em abril de 1978 foi inaugurada a Escola Olhos D'Água.

Em meio à criação e reformas de escolas, muitas também haviam sido fechadas, principalmente pelo baixo número de matrículas. Em fevereiro de 1973 devido ao processo de Municipalização, algumas escolas rurais seriam fechadas. Para discutir o assunto o Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal convocou para uma reunião os pais das crianças em idade escolar das seguintes escolas da zona rural: Aprazível, Cruz Branca, Eliazar Braga, Freitas Azevedo, Macumbé, Usina Ribeiro e Costa e Silva. Esta reunião tinha o intuito de mostrar aos interessados que o número de matrículas nessas escolas era inferior ao mínimo e que se não houvesse ampliação do quadro de alunos, a Prefeitura não teria condições de manter em funcionamento esses estabelecimentos de ensino.

Mesmo assim foi determinado o fechamento de algumas escolas rurais. Com o passar do tempo, a medida foi revogada em grande parte e aquelas escolas que haviam sido fechadas voltaram a funcionar, pois tinham condições para isso. Em abril de houve uma reunião para discutir sobre a reabertura da Escola Rural Bons Olhos, fechada devido problemas referente ao número insuficiente de matrículas dos alunos.

A escola localizada na Terra Branca, fechada no início de 1973 pelo prefeito, ainda não estava funcionando. Segundo as atas, a Professora Corália Rios Sales participou de um encontro com os chefes de famílias daquela região e observou que cerca de 20 alunos poderiam ser beneficiados com o funcionamento do estabelecimento. Então as medidas que visavam a reabertura da Escola Rural de Terra Branca começaram a ser tomadas. Em Junho o Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, confirmou a reabertura da escola. Após um diálogo entre a professora responsável pelo órgão e os pais das crianças, ficou decidido que a Escola Rural da Terra Branca voltaria a funcionar a partir do mês de agosto, essa reabertura permitiu que cerca de 36 crianças voltassem a frequentar o estabelecimento de ensino, que foi fechado com precipitação e que levou o povo de Terra Branca a reagir contra a medida e reconquistar o que lhe pertencia por direito.

No final de novembro de 1978, em decorrência de oito escolas da zona rural estarem praticamente fechadas por falta de alunos, a Secretaria Municipal resolveu arcar com as

consequências e com a responsabilidade de criar escolas de nível primário na zona urbana, nos Bairros Jardim Brasília e Bairro Maravilha. (PREFEITURA, 1978, p. 181 – 184).

1ª Denominação	2ª Denominação	3ª Denominação	Período
E. Rio Grande do Norte.	E.P.M. de Quilombo	---	1950 a 1953
E.P.M. de Paranan	1970 – E.M. de Paranan	---	1950 a 1973
E.M. Maranhão	1951 – E.M. Marimbondo	---	1950 a 1972
E. M. do Distrito de Tapuirama	E.M. Fernando de Noronha	1950 - E.M. do bairro da Poção / E.M. Rivalino Pereira	1950 a 1959
E. Professor Bandeira	1950 – E.M. Água Limpa	---	1950 a 1959
E.M. de Rocinha	1951 – E.M. da Poção	1970 – E.M.R. da Rocinha	1950 a 1972
E. M. de Pequi	1950 – E.M. Sucupira	1972 – E. M. R. de Sucupira	1950 a 1973
E. P. M. de Conceição	1966 – E.R. Conceição	---	1950 a 1973
E. M. de Lageado	1953 – E.M. Lagoa	---	1950 a 1973
E. M. de Estiva	1951 – E. M. José Fonseca e Silva	---	1950 a 1973
E. Santa Teresa	1950 – E. M. Usina Ribeiro	1971 – E. M. R. Usina Ribeiro	1950 a 1973
E. M. Felipe dos Santos	1972 – E.M. R. Felipe dos Santos	---	1950 a 1973
E. R. de São Francisco	1952 – E.M. Cruz Branca	1972 – E.M.R. de Cruz Branca	1950 a 1973
E. M. de Dourados	1971 – E.M.R. de Douradinho	---	1951 a 1973

E.– Escola / E.M – Escola Municipal / E.M.R – Escola Municipal Rural / E.P.M – Escola Pública Municipal / E.R. – Escola Rural // Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Registros de Frequência diária do período de 1950 a 1973.

### Quadro I - Nome/ Alterações das Escolas Rurais

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Registros de Frequência Diária das Escolas Rurais do período de 1950 a 1973.

Escola	Período	Escola	Período	Escola	Período
E. R. de Caetanos	1950	E.M.R. da Onça.	1965 a 1973	E.M.R. Presidente Costa e Silva.	1971 a 1973
E. M. do Mato Grosso	1950	E.M. Usina dos Martins	1966 a 1972	E. M. R. de Macumbé	1971 a 1973
E. M. Rio das Pedras	1950 a 1952	E. M. do Cerme	1967 a 1969	E. M. R. Bom Jardim.	1971 a 1973
E. R. de Macaúbas	1950 a 1953	E. M. Joana Rosa Naves	1968 a 1971	E. M. Leandro José de Oliveira	1971 a 1973
E. M. de Boa Vista	1950 a 1954	E. M. R. Guariroba	1968 a 1972	E. M. R. Francisco Ribeiro	1971 a 1973
E. R. da Fazenda do Salto	1950 a 1954	E. M. R. Bons Olhos	1969 a 1973	E.M.R. Manoel Ferreira Rosa	1971 a 1973
E. M. da Tenda	1950 a 1973	E. M. Ernesto Zanatta	1969 a 1973	E. M. R. Ponto Arame	1972
E.P.M. da Fazenda dos Bambus	1951 a 1954	E. M. R. Aniceto Pereira	1969 a 1973	E. M. R. Edson de Souza	1972
E. M. de Floresta	1951 a 1968	E. M. R. Antônio Crescêncio	1969 a 1973	E. R. Áurea Celeste	1972
Grupo Rural	1952	E. M. Eleazar Braga	1969 a 1973	E. M. Matinha Velha	1972
E. M. Olhos D'Água	1952 a 1973	E. M. R. de Aprazível	1970 a 1972	E. M. R. Freitas Azevedo	1972 e 1973
E. M. de Capim Branco	1952 a 1973	E. M. R. de Divisa	1970 a 1973	E. M. R. Tijuco	1972 a 1973
E. M. de Monjolinho	1952 a 1973	E.M.R. Giacomo Segatto	1970 a 1973	E.M.R. Júlia Augusta Dantas	1972 e 1973
E. M. de Brejão	1952 a 1953	E. M. R. da Saudade	1970 a 1973	E.M.R. Adelino de Carvalho	1972 e 1973
E. M. R. de Gordura	1954 a 1958	E.M.R. Domingas Camim.	1970 a 1973	E. M. R. Domiciano José de Castro	1972 e 1973
E. M. de Sobradinho	1954 a 1968	E.M.R. José Alves da Silveira	1970 a 1973	E. M. R. Antonio Oliveira Marques	1972 e 1973
E. R. de Galheiros	1954 a 1973	E. M. R. do Pontal	1970 a 1973	E. M. R. Jamil Tannus	1973
E. M. R. Toninho Resende	1955 e 1956	E. M. R. Rivalino Alves dos Santos	1970 a 1973	E. M. R. Profª Antonina Mendonça Ribeiro	1973
E.M. Profº Jerônimo Arantes	1964 e 1965	E. M. R. de Babilônia	1971	E. M. R. Carlos Gomes dos Santos	1973
E. M. do Coqueiro	1964 a 1966	E. M. R. São José	1971 a 1973	E. M. R. Manoel de Moraes	1973

E.– Escola / E.M – Escola Municipal / E.M.R – Escola Municipal Rural / E.P.M – Escola Pública Municipal / E.R. – Escola Rural // Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Registros de Frequência diária do período de 1950 a 1973.

### Quadro II – Escolas com uma única Denominação

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Registros de Frequência Diária das Escolas Rurais do período de 1950 a 1973.

Segundo os jornais, no ano de 1971 havia 44 escolas rurais no município, esse número continuou até o ano de 1974. Porém ao pesquisar os Livros de Registro de Frequência diária, encontramos dados de 74 escolas rurais. Consideramos que a diferença entre o número de escolas encontrado nos jornais e o registrado nos referidos livros se dá pelo fato de terem havido diversas alterações nos nomes das instituições, das quais conseguimos encontrar dados somente de algumas. No quadros I e II, podemos ver as alterações dos nomes e o período que encontramos seus registros.

### **3.2 Sobre os Professores Rurais**

O discurso jornalístico reafirmava repetidas vezes, que a escola e o ensino no Brasil estavam em colapso e não conseguiam atender às expectativas do tempo presente, nem contribuir para a redução da exclusão social. O jornal apresentava-se como o espaço da denúncia das fragilidades e misérias do sistema escolar, apresentando-se também como o espaço para dizer “para que” e “como” se queriam a educação e a escola.

Procuramos identificar o que o jornal veiculava sobre o professor e para o professor. Ser professor, no discurso jornalístico, era exercer uma tarefa importante, mas também desvalorizada, mal remunerada, ter péssimas condições de trabalho, enfrentar salas de aulas superlotadas e alunos indisciplinados. Em relação à indisciplina dos alunos, as professoras enviavam bilhetes sabendo que podiam contar com a colaboração dos pais, conforme podemos observar na carta resposta de um pai para a professora da Escola Municipal de Capim Branco em 1953: “Sinhorita Bom dia. Resibi u vosso bileite fique muito satisfeito em mi avizar eu reprendi u Sebastião. Mais si elle tornar fazer estas coizas asinhorita pode corrigir e no mais muito obrigado. Benjamim” (NEVES, 1953).

Era o retrato de um professor fragilizado, impotente diante da realidade adversa e das péssimas condições de trabalho a que eram submetidos. As dificuldades diversas das professoras para levar até o campo o ensino primário, eram vencidas pela forte decisão e pelo apurado planejamento das professoras. As notícias mais comuns veiculadas nos Jornais sobre os professores eram: Curso para Professoras Rurais, Transferência de professoras, Atrasos nos pagamentos, Professoras Leigas, e Falta de Professores.

Analisando os livros de registros de frequência das escolas rurais de 1950 a 1973, encontramos um total 210 professores, sendo 199 professoras e 11 professores. Identificamos os docentes como “professor” ou “professora” a partir dos nomes informados nos referidos livros que aparentemente se referiam ao sexo masculino ou ao sexo feminino, pois até o



momento não encontramos os dados que comprovem essa questão de gênero e que por conseguinte nos possibilitarão traçar um perfil mais fiel sobre esses profissionais.

Um dos aspectos encontrados nos jornais a respeito desses professores concerne à sua formação. Muitas dessas professoras eram leigas, pois saber ler e escrever eram os requisitos necessários para lecionar no ensino rural. Algumas professoras eram filhas de chefes políticos e por isso conseguiam permanecer nos seus cargos (ALENCAR, 1959).

Em janeiro de 1951, na cidade de Uberlândia, foi realizado um curso para as professoras rurais e foram abordados os seguintes temas: ciências naturais e higiene, instrução moral e cívica e noções de economia doméstica e de trabalhos manuais. Já em abril de 1968, os Professores Municipais tiveram uma reunião pedagógica, para atendimento sistemático a todas as séries que funcionavam numa mesma classe, na zona rural (PROFESSORES, 1968, p.5).

As mestras rurais passavam por constantes transferências de escolas, em alguns casos, os pais dos alunos faziam reivindicações para que continuassem na escola. Em fevereiro de 1963 o prefeito realizou uma reunião com as professoras para expor o plano de trabalho para o ano letivo e constatou que o número de professoras contratadas do Município estava acima das vagas existentes. O Executivo procurando aproveitar ao máximo as professoras existentes solicitou esclarecimento de como foram contratadas essas professoras se não tinha vagas para elas, porém não obtiveram resposta.

Em relação às iniciativas de regulamentar a profissão dos professores primários, com o decreto – lei 8530, de dois de janeiro de 1946, foi prescrito no art. 21 uma medida segundo a qual não poderiam ser admitidos no Curso Normal candidatos maiores de 25 anos. Os professores que já haviam ultrapassado essa idade reclamavam por não poderem trabalhar. Eles diziam que continuavam jovens de corpo e de espírito; mesmo que os jovens acadêmicos fossem entusiasmados, os mestres maduros eram experientes e mereciam colocação no ensino. Muitos destes profissionais necessitavam exercer sua função para garantir a subsistência da família muitas vezes prosseguir na educação dos filhos menores (SOUZA, 1963, p. 3).

Ainda referente ao tema da regulamentação da profissão, a década de 70 foi bem conturbada. Em Julho de 1972, o Delegado de Ensino de Uberlândia, o professor José Maria Fanelon, promoveu um Curso de preparação para professoras leigas. Todas as professoras que não possuíssem diploma de normalista teriam que passar pelo curso supletivo de primeiro grau e fazer três meses de estágio. A Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

promoveu em julho de 1974 um “curso supletivo de qualificação profissional para o magistério de 1ª a 4ª séries do ensino de 1º grau”. Só poderiam se inscrever candidatos que possuíssem experiência de no mínimo três anos de exercício no magistério público estadual ou municipal. No mês de Novembro a Secretaria de Educação informou que as professoras leigas teriam um prazo de cinco anos para se habilitar.

No ano 1971 a presidente da Confederação Brasileira de Professores Primários, professora Lucilia Lamego Passos, criticou a maneira como estava sendo implantada a reforma do ensino fundamental, e revelou que as professoras primárias não foram consultadas e não estavam participando do projeto que seria encaminhado ao Congresso Nacional. Em uma reunião, a diretoria da aludida Confederação elaborou um memorial, enviado ao presidente Médici, pedindo a aposentadoria das professoras aos 25 anos de trabalho, por considerar o magistério uma atividade que provocava muito desgaste.

Segundo a Lei Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 no seu art. 34, a admissão de professores deveria ser feita através de concurso público. Os professores que seriam nomeados em Janeiro de 1973 deveriam apresentar os seguintes documentos: Preenchimento de questionário fornecido pela respectiva Delegacia Regional de Ensino; título de eleitor; atestado de boa conduta e laudo médico oficial, que por norma os exames médicos só poderiam ser realizados nos postos de saúde das cidades sede da Delegacia Regional de Ensino (DOCUMENTOS, 1973, p. 1; NORMAS, 1973, p. 2).

A situação econômica do professorado permanecia estagnada, os salários recebidos eram baixos e insuficientes para custearem as despesas. De um lado havia a justificativa de que os professores passavam por problemas de ordem econômica pelo fato de haver uma compreensão de que eles desempenhavam uma missão e que essa seria irremunerável. Essa concepção causou protestos cedendo lugar a uma análise que buscava apreender historicamente as condições financeiras do professor e apontar que essa situação causava conflitos morais, pois o educador deveria ser visto como um cidadão conhecedor de suas responsabilidades e merecia receber uma remuneração digna e até generosa. (SOUZA, 1963, p. 3)

Quanto aos salários, embora não seja mencionado especificamente o caso do professor rural, mas como se tratavam de problemas atinentes ao professorado do ensino primário no Estado de Minas Gerais julgamos ser pertinente estender as considerações para o meio rural. Assim, havia informações de atrasos nos pagamentos dos ínfimos ordenados das professoras primárias mineiras e diante da falta de pagamento, em fevereiro de 1968, essas profissionais

solicitaram das classes produtoras, do comércio, da indústria, do povo e da imprensa em geral uma solidariedade ao movimento que estavam fazendo. Através das emissoras de rádio, televisão e jornais, as professoras enviaram ofícios e telegramas ao Governador do Estado de Minas no sentido de solucionar rápida e favoravelmente as suas pretensões, a fim de que pudessem receber em dia os seus vencimentos, exigindo o respeito que a classe merecia pelo seu trabalho e sua dignidade, e ainda apelaram para os pais pedindo que não mandassem seus filhos para a escola (PROFESSORES, 1968, p. 1).

Em fevereiro de 1971, o Tribunal de Contas da União desenvolveu uma intensa vigilância para forçar os municípios a pagarem o magistério em dia. O ministro da Educação Abgar Renault sugeriu ao plenário a suspensão do pagamento das quotas de Fundo de Participação a todos os municípios que não estivessem cumprindo a legislação que regulamentava esse pagamento. Atendendo a proposta, foi enviado a todos os municípios um formulário sobre o magistério, que deveria ser preenchido em 30 dias, sob ameaça de suspender o pagamento das quotas caso isto não ocorresse. No formulário, a prefeitura teria que indicar: Número das professoras e quantas estavam em exercício; Quantos eram contratados e quantos eram efetivos; Se o pagamento estava em dia e se caso estivesse em atraso deveria informar quantos meses; Se obedecia a lei que determinava o vencimento proporcional do salário mínimo vigente na região; Qual a população escolar, bem como quantos estavam matriculados, e outras perguntas correlatas (TRIBUNAL, 1971, não paginado).

Em abril de 1971, a administração estadual ainda não havia cumprido a promessa de colocar em dia o pagamento do professorado. As professoras apresentaram ao secretário da Educação, um diagnóstico do ensino primário em Minas, mostrando as deficiências da própria secretaria de Educação e de outros órgãos direta ou indiretamente ligado aos assuntos educacionais. As professoras primárias de Minas insistiam na reestruturação do magistério e na aposentadoria aos 25 anos de trabalho. Outra reivindicação que as mestras mineiras consideraram fundamental era a melhoria das condições nos prédios escolares. (PROFESSORES, 1971, p. 7)

No final de 1971 as Professoras moveram uma ação contra o governo exigindo o aumento do vencimento. O secretário da Fazenda do Estado Sr. Fernando Reis afirmou que estava esperando a decisão da justiça para tratar do problema. Em Janeiro de 1972, a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais já havia recebido mais de três mil procurações de professoras do interior, autorizando a entidade a mover a ação judicial contra

o Estado, exigindo o pagamento do salário legal. No fim do mês somente as professoras que lecionaram durante todo o primeiro semestre tiveram direito ao pagamento de férias

Para oferecer um ensino robusto nada mais imprescindível que um professorado sadio física e mentalmente. Assim como, para atender melhor às suas obrigações o professor deveria estar pelo menos bem alimentado. Porém não era essa a situação do professorado, conforme denunciado em um jornal da cidade de Uberlândia.

O magistério é uma das mais belas e sublimes profissões e também uma das mais cansativas e que mais desgasta a pessoa, e no entanto, não tem sido olhada com bons olhos. Que fará um país sem professor? Lembremos-nos: “uma nação valerá o que nele valer o professor primário”. A escola está atravessando uma grande crise: há falta de estabelecimentos humanos porque não há incentivo e qualquer outra profissão oferece melhor remuneração. É necessário que alguém faça algum pelo professor. Junto às autoridades constituídas para que seu salário corresponda à importância do papel que desempenham e seja atendido em suas reivindicações. É também imprescindível que os cursos normais e as faculdades orientem melhor seus alunos para que as escolas voltem a ter mestres eficientes, responsáveis, de conhecimentos mais amplos principalmente em nossa língua e matemática. A didática é importante, mas somente a vocação leva o indivíduo a dar o melhor de si em benefício de outro (PREFEITURA, 1978, p. 43v – 45).

Porém, esse reconhecimento não era unânime entre a sociedade e nem resultava em melhores condições de trabalho e salários dignos. Na tabela abaixo podemos analisar as alterações salariais dos professores de 1960 a 1979 e constatar a desvalorização dos salários a partir de 1965, não identificamos se esses valores se aplicavam para os mestres do ensino rural:

Ano/ Vigência	Valor/Mês	Valor atualizado***	Ano/ Vigência	Valor/Mês	Valor atualizado***
1960 – 18.10.1960	Cr\$ 8.480,00 *	R\$ 1.049,30	1971 – 01.05.1971	Cr\$ 216,00 **	R\$ 700,14
1961 – 16.10.1961	Cr\$ 11.872,00 *	R\$ 1.059,98	1972 – 01.05.1972	Cr\$ 268,80 **	R\$ 733,20
1963 – 01.01.1963	Cr\$ 21.000,00 *	R\$ 1.049,66	1973 – 01.05.1973	Cr\$ 312,00 **	R\$ 739,91
1964 – 24.02.1964	Cr\$ 42.000,00 *	R\$ 1.048,78	1974 – 01.05.1974	Cr\$ 376,80 **	R\$ 704,83
1965 – 01.03.1965	Cr\$ 64.320 *	R\$ 860,67	1975 – 01.05.1975	Cr\$ 532,80 **	R\$ 795, 63
1966 – 01.03.1966	Cr\$ 81.000 *	R\$ 787,81	1976 – 01.05.1976	Cr\$ 768,00 **	R\$ 829,79
1967 – 01.03.1967	NCr\$ 101,25 *	R\$ 732,86	1977 – 01.05.1977	Cr\$ 1.106,40 **	R\$ 813,71
1968 – 26.03.1968	NCr\$ 124,80 *	R\$ 731,68	1978 – 01.05.1978	Cr\$ 1.560,00 **	R\$ 846,21
1969 – 01.05.1969	NCr\$ 148,80 *	R\$ 700,03	1979 – 01.11.1979	Cr\$ 2.932,80 **	R\$ 818,55
1970 – 01.05.1970	NCr\$ 177,60 **	R\$ 700,22			

\*Valor regional para Belo Horizonte e alguns municípios mineiros // \*\* Valor regional para Minas Gerais / Cr\$ - Cruzeiro, NCr\$ - Cruzeiro Novo // \*\*\* Valores calculados com juros até 31/12/2010 //

### Quadro III – Variações dos salários das professoras em Minas Gerais

Fonte para valores em Cr\$ e NCr\$: <http://www.mg.trt.gov.br/informe/calculos/minimo.htm> acesso dia 13/01/2011 //

Fonte Valor atualizado: [www.calculoexato.com.br/adel/indices/atualizacaoCJuros/calc.asp](http://www.calculoexato.com.br/adel/indices/atualizacaoCJuros/calc.asp) acesso dia 10/02/2011

Em julho de 1972 cerca de 4,5 milhões de cruzeiros foram investidos pela Secretaria da Educação em treinamento e aperfeiçoamento de pessoas do magistério, iniciando o cumprimento do subprojeto de qualificação dos recursos humanos, pré-requisito para a implantação da reforma de ensino de 1º e 2º graus. Os investimentos tiveram sua origem no Plano de Aplicação de Recursos da Quota Federal do Salário Educação, dentro do programa

convenio entre o MEC e a Secretaria da Educação. Em Setembro, o Jornal Correio divulgou que o secretário Caio Jenjamin Dias, da Educação, ia a Brasília receber do governo federal, através do Ministério da Educação e Cultura, a verba destinada à implantação da Reforma do Ensino de 1º grau, em solenidade conjunta que reuniu representantes de outros Estados brasileiros. Em setembro do mesmo ano foi divulgado que o Estado de Minas Gerais iria receber Cr\$ 13.953.809,68, a serem utilizados pela Secretaria da Educação no processo de implantação da nova sistemática educacional em todas as unidades escolares do Estado (TREINAMENTO, 1972, p. 1; ESTADO, 1972, p. 1).

No tocante ensino rural, o propósito da secretaria de Educação era fazer com que todas as professoras da Zona Rural residissem no local de trabalho; para tanto a prefeitura ofereceria uma ajuda de custo que elevaria o salário para 304 cruzeiros mensais. Nesse sentido, a Secretaria de Educação iria promover um trabalho para arregimentar normalistas que quisessem residir na Zona Rural (MAIS, 1971, p. 8). Porém o Município de Uberlândia enfrentava sérios problemas em relação à falta de professoras para a zona rural.

Algumas reformas foram ocorrendo na primeira metade do século XX, dentre as quais podemos ressaltar a Reforma Capanema (1942 – 1961). Essa reforma buscou regulamentar o Ensino Primário e as Escolas Normais, cujos princípios deveriam nortear a formação de professores para o ensino primário, no período de 1946 a 1961. A reorganização da Escola Normal foi oficializada pelo decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que estabelecia, dentre outras medidas, promover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias (ROMANELLI, 1998). Portanto, para preencher as vagas disponíveis, as candidatas deveriam possuir diploma de Normalista e ter disponibilidade para residir na zona rural.

Em março de 1973 o Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Uberlândia, comunicou a existência de vagas para professor nas escolas da zona rural. Em maio do mesmo ano o Departamento de Educação divulgou existir uma vaga para professor para lecionar na “Escola Bons Olhos” que seria reaberta; no mês de setembro ainda tinha uma vaga disponível. No início do ano seguinte foi divulgada novamente a existência de vagas para as escolas rurais e informado que, se caso o problema da falta de professores não fosse solucionado, algumas escolas continuariam sem atividades prejudicando as crianças da zona rural que estavam sem instituição. Porém em Julho de 1975 o Departamento de Educação da Municipalidade, informou que existiam vagas para professoras de 1ª a 4ª série do 1º grau, em escolas rurais.

### 3.3 Sobre os alunos e a situação das escolas rurais

Segundo uma reportagem divulgada pelo Jornal Correio, havia em novembro de 1971 mais de 1.500 alunos estudando nas 44 escolas rurais, algumas dessas sob a responsabilidade de professoras treinadas nos cursos que a Secretaria de Educação oferecia. As aulas na zona rural obedeciam a uma planificação que era a mesma da zona urbana, assim os conteúdos ensinados das escolas eram equivalentes, uma vez que até os testes e provas eram idênticos. (MAIS, 1971, p. 8).

As escolas recebiam os alunos provenientes da própria fazenda onde se encontravam instaladas, mas também acolhia alunos das fazendas vizinhas. Em relação a profissão dos pais encontramos os seguintes dados: lavrador, pedreiro, motorista, serviços domésticos, fazendeiro, comerciantes, motoristas, oleiro, lavourista, vaqueiro, agricultor, professor, sitiante, chacareiro, eletricitista, funcionário estadual, capinador, chauffeur, industrial, ferreiro, celeiro, agenciador, mecânico, maquinista e charreteiro.

O primeiro aspecto a ressaltar em relação aos alunos da zona rural no município de Uberlândia consiste na faixa etária que ingressavam na 1ª série primária, sendo essa variação de 6 a 16 anos de idade. Outro dado a se ressaltar diz respeito ao predomínio, tanto para o ingresso quanto para a conclusão, de uma maior quantidade de crianças do sexo masculino. Podemos confirmar esses dados através do quadro abaixo:

Ano	Faixa Etária	Quantidade de alunos Ingressantes			Quantidade de alunos Concluintes			
		Fem.	Masc.	Total	Fem.	Masc.	*N.E	Total
1950	7 a 15 anos	297	341	638	230	267	47	544
1951	7 a 15 anos	227	260	487	228	281	-	509
1952	7 a 17 anos	266	334	600	194	301	53	548
1953	6 a 16 anos	218	297	515	169	216	44	429
1954	N. E	68	75	143	70	82	-	152
1955	N. E	19	38	57	21	40	-	61
1956	N. E	40	52	92	47	69	-	116
1957	N. E	38	46	84	40	47	-	87
1958	N. E	25	40	65	13	25	-	38
1959	N. E	16	24	40	9	23	-	32
1964	N. E	35	37	72	37	34	-	71
1965	7 a 14 anos	58	51	109	42	48	-	90
1966	6 a 17 anos	84	80	164	59	56	31	146
1967	7 a 17 anos	87	101	188	83	72	26	181
1968	7 a 16 anos	90	114	204	76	104	-	180
1969	7 a 17 anos	104	112	216	96	104	-	200
1970	5 a 16 anos	164	215	379	149	200	-	349
1971	6 a 19 anos	254	330	584	224	280	35	539
1972	6 a 17 anos	321	369	690	270	338	-	608
1973	6 a 14 anos	237	303	540	225	273	-	498

\*Não Especificado//

#### Quadro IV- Rotatividade dos alunos da 1ª série primária

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Registros de Frequência diária de 1950 a 1973.

A pesquisa evidenciou ainda uma considerável mobilidade, denominada por nós “rotatividade discente”, ou seja, a freqüente entrada e saída dos alunos da escola. A análise dos dados demonstrou que esse fato decorria, dentre outros fatores, das constantes mudanças dos pais e da obrigação dos filhos em ajudar na lavoura e nas tarefas domésticas, conforme a carta que a professora Helena da Escola Municipal de Capim Branco recebeu de um pai no ano de 1953:

Ilma Smr Helena, Bom dia, Comunico em que tirei Oraço porque prantei um poco de arroz e os passarinhos estão comeno i preciso dele para vijiar. Imo mais peço mi desculpa. Quando elle terminar aqui eu mando ele ir. No mais muita recomendação Benjamim Neves (NEVES, 1953).

Essa mobilidade pode ser constatada, por exemplo, nos números apresentados a seguir. Durante a década de 1950, cerca de 3.346 alunos ingressavam na escola e cerca de 3.088 concluíam o ano letivo. Já na década de 1960 o número de ingressantes era cerca de 1.209 e de concluintes 1.095. De 1970 a 1973 o número subiu para 4460 e 3943 de alunos ingressantes e concluintes respectivamente, como podemos analisar no quadro abaixo. Ressaltamos que chegar ao fim do ano não significa que todos eram aprovados, pois havia reprovação e retenção de alunos, sobretudo na primeira série.

Ano	Total de Alunos Ingressantes	Total de Alunos Concluintes	Ano	Total de Alunos Ingressantes	Total de Alunos Concluintes
1950	754	683	1964	79	78
1951	560	535	1965	133	110
1952	728	662	1966	198	174
1953	598	484	1967	205	194
1954	199	199	1968	232	202
1955	125	125	1969	296	280
1956	134	171	1970	674	639
1957	125	134	1971	1189	1077
1958	88	60	1972	1363	1169
1959	35	35	1973	1234	1058
1963	66	57			

#### Quadro V - Rotatividade dos alunos por ano

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Registros de Frequência diária do período de 1950 a 1973.

Um outro aspecto observado na documentação, no tocante aos alunos do meio rural, diz respeito aos problemas com as faltas às aulas. A partir da consulta às observações registradas nos livros de frequência diária concluímos que essas faltas ocorriam principalmente em época de chuva, pois a dificuldade de locomoção e a ausência de meios de transporte impediam o deslocamento das crianças que não residiam na fazenda sede da escola.

Os fragmentos transcritos a seguir foram extraídos dos registros de frequência diária da Escola Municipal de Marimbondo e fornecem exemplos dos motivos alegados para justificar as faltas: Em 1950 encontramos a seguinte justificativa: “O aluno foi eliminado por

falta de frequência, tendo seus tutores declarado que ele não tem meios de sujeitar –se a disciplina escolares” (REGISTRO, 1950, p. 71); Em 1953 consta que: “a maioria dos alunos do 1º ano não compareceram no mês de Março, devido a chuva forte, na hora de saírem de suas casas” (REGISTRO, 1953, p.15); Em julho do mesmo ano foi registrada a seguinte justificativa: “a maioria dos alunos dessa classe tem falhado por acharem atacados de gripe” (REGISTRO, 1953, p.24). Constatamos também, que algumas vezes não tinha aula devido a viagens da professora para receber seu salário.

Em meio a esses registros encontramos um que nos chamou a atenção justamente por ir de encontro à visão idealizada do aluno da zona rural como criança e/ou jovem cordial e obediente. Em relação a esse último aspecto, encontramos no livro de registro de frequência do ano de 1953 da Escola Municipal de Capim Branco uma carta enviada à professora por uma mãe que solicitava antecipar o horário de saída de seu filho, e ao mesmo tempo justificava as faltas de seus sobrinhos, em virtude de agressões físicas sofridas pelos colegas da escola.

Dona Hellena, Mando este a fim de pedir um grande favor, porém, grande mais fácil de fazer, do qual ficarei imensamente satisfeita e, ser atendida, peço a senhora para soltar os meus meninos uns 15 minutos mais cedo para que eles possam vir sozinhos. Dona Helena não quero dizer com isso que os meus meninos são melhores que os outros não senhora, é para evitar questões entre vizinhos, eu quero evitar antes que aconteça. Dona Helena peço isto porque outro dia o Efraim chegou em casa com o corpo todo marcado de varadas, eu falei com o pae desse que o batem e mostrei o corpo do Efraim como estava ele me prometeu que ia dar um jeito porem esse menino continua ameaçar os nossos meninos e por esse motivo minha irmã não vae mandar mais os meninos dela, eu não quero tirar o Efraim porque ele está adiantando muito bem e eu sei que se ele perder este resto de ano ele vae perder um ano todo. Esperando ser atendida sou antecipadamente agradecida. Sempre sua amiga, Nita Rosa (ROSA, 1953).

Com relação à situação dos “prédios” onde funcionavam as escolas rurais, os documentos estavam em péssimo estado, um dos problemas era a falta de carteiras. Em maio de 1956, escola de Sobradinho precisava de cinco carteiras escolares. Em discussão na Câmara, foi aprovada a remessa de dez carteiras para a escola.

Em fevereiro de 1977, o prefeito queria distribuir verbas para o carnaval, porém foi lembrado por um vereador que a educação devia vir em primeiro lugar, e já estavam no início do ano letivo, por isso o prefeito deveria fazer uma vistoria nas escolas, pois as aulas para serem ministradas precisavam de carteiras, e muitas escolas devido a falta e carteiras não tinham condições de iniciarem os trabalhos letivos. Foi constatado que o déficit de carteiras chegava a 3.000 unidades. Alguns vereadores disseram que o estado e o único culpado por esta situação porque, na maioria das vezes criavam escolas para atender compromissos



políticos e depois não as administrava bem. E caso o problema não fosse solucionado, as escolas não iniciariam as aulas.

Para solucionar o problema, o prefeito Virgílio Galassi telefonou para Belo Horizonte na tentativa de solucionar imediatamente o problema e conseguiu 620 carteiras, porém a quantidade era insuficiente, em virtude de que necessitavam de 3000 carteiras. No fim de Abril foi divulgado que o prefeito havia conseguido 1.000 carteiras escolares, sendo que o restante (cerca de 2.000 mil carteiras) seria fornecido pelo Estado. Além do pagamento de salários aos professores, da aquisição de mobiliário, como, por exemplo, carteiras, de acordo com os Livros de Requisição de Materiais de 1971 e 1972, a Prefeitura também forneceu às escolas rurais, no período nesses dois anos os seguintes itens: **Materiais Didáticos:** blocos, apagadores, blocos sem pauta, boletins mensais, boletins para a escola, boletins para alunos, boletins para professores, borracha, cadernos, cadernos de caligrafia, caixa de giz branco, caixa de giz colorido, caixa de lápis de cor, envelope para boletim, folhas de papel, lápis, livro de chamada, livro de educação integrada, metros de papel pardo, papel almaço com pautas, papel almaço sem pautas e régua; **Materiais de Limpeza:** balde, barras de sabão, buchas, caixote de lixo, cesto de lixo, desinfetante para matar rato, detergente, esponja, lisoforme, pacote de Bombril, pano de chão, pano de limpeza, rodo, saco branco, sapólio e vassoura; **Mobiliário:** armário, bandeira, biombo móvel, cadeiras, cantoneira, carteiras, carteiras de frente, carteiras de trás, fechadura, filtro, mesa, placa para a escola, quadro negro e vela para filtro; **Primeiros Socorros:** envelope de Cibalena, pacote de algodão, pacote de gaze, tubo de esparadrapo, vidro de água oxigenada e vidro de mertiolate.

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de escolas rurais crescia, porém essas instituições eram “esquecidas” pelo poder público. No início da década de 1950, o total de escolas instaladas na zona rural era de 41 estabelecimentos, em 1971 o número passou para 44 unidades. Porém, nos livros de registros de frequência diária encontramos dados de 74 escolas e nos registros de matrículas 49 escolas. Consideramos que a diferença se dá pelo fato de que muitas escolas eram fechadas, tinham seus nomes alterados. Além desses aspectos, os registros não eram precisos e ainda não nos foi possível cotejar todos os documentos.

Essa quantidade crescente não resultava em espaços adequados de funcionamento, pois as instalações dessas instituições eram precárias: os prédios estavam em péssimas

condições de infraestrutura e higiene; faltavam materiais, principalmente carteiras; o número de professores era insuficiente para atender a todas as escolas. Mas, mesmo assim, as escolas rurais conseguiam se manter e promover o ensino para a população rural.

Em relação aos discentes, o número de matrículas era superior ao número de alunos que freqüentavam as aulas, sendo que a evasão desses se dava por fatores como: mudança, problemas de saúde, falta de transporte em época de chuva, necessidade de ajudar nas tarefas domésticas e na lavoura, etc. As escolas recebiam os alunos provenientes da própria fazenda onde se encontravam instaladas, mas também acolhia alunos das fazendas vizinhas. No que diz respeito à origem social dos alunos, a pesquisa demonstrou que a grande parte era filho de empregados das fazendas.

Com relação aos docentes, as regulamentações para o ingresso na profissão começaram a se processar na década de 1970. Para ser docente do ensino primário passou a ser necessário possuir o diploma de Normalista. Em Julho de 1972 cerca de 4,5 milhões de cruzeiros foram investidos pela Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais em treinamento e aperfeiçoamento de pessoas do magistério; no fim de 1974 essa Secretaria informou que as professoras leigas teriam um prazo de cinco anos para se habilitar. Os professores enfrentavam vários problemas para o exercício da docência, como, por exemplo, a baixa remuneração e os constantes atrasos nos pagamentos dos vencimentos. Outro problema que perpassava o trabalho dos professores, comprometendo a qualidade do ensino que ministravam, era ter que ministrar aula em classes multisseriadas.

## **7 - AGRADECIMENTOS**

Cumpramos registrar que essa pesquisa contribuiu para uma compressão mais abrangente sobre a História da Educação Rural do município do qual residimos, pois possibilitou apreender a caracterização das escolas rurais no que diz respeito aos seguintes aspectos: participação do município, professores e alunos. Além do mais é importante para um educador conhecer a história da educação de seu município e saber detalhes sobre a história das escolas alfabetizaram a população da cidade que reside. Esses temas são imprescindíveis para a compreensão da situação escolar da cidade e o educador deve compreender esses processos, que não são discutidos nas aulas de História da Educação. Essas atividades têm sido de grande importância para a adaptação da aluna ao ambiente de pesquisa acadêmica, apresentando-se como uma possibilidade para organizar novas pesquisas na área da educação

rural. Essas descobertas têm sido muito enriquecedoras e prazerosas. Por esse motivo, agradeço à FAPEMIG a concessão da bolsa de Iniciação Científica.

Na próxima etapa da pesquisa, prevista para o período de março de 2011 a fevereiro de 2012, procuraremos atingir os seguintes objetivos: Compreender quais são os significados da escola rural para todos aqueles que a freqüentaram; Pesquisar sobre quais são as memórias e histórias construídas pelos antigos alunos e docentes daquelas escolas, bem como também da comunidade rural, para aquilatar os significados da educação para os habitantes do meio rural.

## **6 - REFERÊNCIAS E DOCUMENTOS CONSULTADOS**

ALENCAR, Gilberto de (1959). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p.7, 2 abr.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 23 - 79.

BOSCHI, Caio César. *Por que estudar Historia?* São Paulo: Ática, 2007.

CHARAUDEAU, Patricck. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CORREA, Gleide. História do Jornal Correio. Disponível em: <http://www.correiodeuberlandia.com.br/?tp=institucional&tid=4> – acesso em 15/05/2010.

DOCUMENTOS para posse de professores (1973). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p.1, 8 jan.

ESTADO recebe milhões para reforma no ensino (1972). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 1, 12 set.

FREITAS, Renato de (1955). O Ensino Rural. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, não paginado, 3 jul.

GRUPO escolar rural (1951). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p.4, 19 jun.

LIMA, Sandra C. F. Historia das escolas rurais em Uberlândia (1933 a 1959). In: Pérez, Teresa González; Pérez, Oresta López. (Org.). *Educación rural en Iberoamerica*. Experiência histórica y construcción de sentido. 1 ed. Madrid - España: Anroart Ediciones, 2009, p. 153-182.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111 - 153.

MAIS duas escolas inauguradas no município (1971). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p.8, 14 nov.

NEVES, Benjamim [bilhete]. Escola Municipal de Capim Branco, Município de Uberlândia, 1953. Bilhete à professora Helena justificando a ausência do filho às aulas.

NEVES, Benjamim [bilhete]. Escola Municipal de Capim Branco, Município de Uberlândia, 1953. Bilhete resposta à professora Helena informando sobre a repreensão que fez em seu filho Sebastião.

NORMAS para posse de novas professoras (1973). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 2, 16 jan.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da Décima Segunda Sessão da Primeira Reunião Ordinária de 1950, realizada no dia 28 março 1950. Uberlândia, 1950. Livro 37, p. 21v.

\_\_\_\_\_. Ata da Quarta Sessão da Reunião Extraordinária de 1951, realizada no dia 5 abril 1951. Uberlândia, 1951. Livro 38, p.96.

\_\_\_\_\_. Ata da Vigésima Quinta Sessão da Quarta Reunião Ordinária de 1951, realizada no dia 29 novembro 1951. Uberlândia, 1951. Livro 40, p. 58v

\_\_\_\_\_. Ata da Vigésima Quarta Sessão da Primeira Reunião Ordinária de 1952, realizada no dia 12 março 1952. Uberlândia, 1952. Livro 41, p.20 - 20v.

\_\_\_\_\_. Ata da Décima Oitava Sessão da Segunda Reunião Ordinária de 1952, realizada no dia 28 maio 1952. Uberlândia, 1952. Livro 41, p.72.

\_\_\_\_\_. Ata da Oitava Sessão da Terceira Reunião Ordinária de 1952, realizada no dia 12 agosto 1952. Uberlândia, 1952. Livro 42, p.5 – 5v.

\_\_\_\_\_. Ata da Décima Oitava Sessão da Primeira Reunião Ordinária de 1953, realizada no dia 2 março 1953. Uberlândia, 1953. Livro 43, p.54.

\_\_\_\_\_. Ata da Vigésima Segunda Sessão da Quarta Reunião Ordinária de 1953, realizada no dia 17 novembro 1953. Uberlândia, 1953. Livro 45, p.39v.

\_\_\_\_\_. Ata da Décima Segunda Sessão da Primeira Reunião Ordinária de 1954, realizada no dia 22 fevereiro 1954. Uberlândia, 1954. Livro 45, p. 82v - 83.

\_\_\_\_\_. Ata da Vigésima Segunda Sessão da Quarta Reunião Ordinária de 1954, realizada no dia 24 novembro 1954. Uberlândia, 1954. Livro 47, p.19v - 20.

\_\_\_\_\_. Ata da Quarta Sessão da Quarta Reunião Ordinária de 1956, realizada no dia 18 outubro 1956. Uberlândia, 1956. Livro 50, p. 71

\_\_\_\_\_. Ata da Nona Sessão da Quarta Reunião Ordinária de 1956, realizada no dia 30 outubro 1956. Uberlândia, 1956. Livro 50, p. 80.

\_\_\_\_\_. Ata da Vigésima Sessão da Quarta Reunião Ordinária de 1956, realizada no dia 21 novembro 1956. Uberlândia, 1956. Livro 51, p.1.

\_\_\_\_\_. Ata da Décima Quinta Sessão da Primeira Reunião Ordinária de 1958, realizada no dia 4 maio 1958. Uberlândia, 1958. Livro 53, p.17v.

\_\_\_\_\_. Ata da Décima Sétima Sessão da Segunda Reunião Ordinária de 1958, realizada no dia 30 maio 1958. Uberlândia, 1958. Livro 53, p.44v.

\_\_\_\_\_. Ata da Quarta Sessão da Quarta Reunião Ordinária de 1959, realizada no dia 20 outubro 1959 Uberlândia, 1959. Livro 55, p. 84.

\_\_\_\_\_. Ata da Décima Sessão da Quarta Reunião Ordinária de 1959, realizada no dia 3 novembro 1959. Uberlândia, 1959. Livro 56, p. 2.

\_\_\_\_\_. Ata da Quarta Sessão da Nona Reunião Ordinária de 1978, realizada no dia 24 novembro 1978. Uberlândia, 1978. Livro 105, p. 81 a 184.

\_\_\_\_\_. Ata da Sessão Solene de entrega de Título de Cidadã Uberlandense a professora Carlota de Andrade Marques, realizada no dia 11 dezembro 1978. Uberlândia, 1978. Livro 107, p. 43v - 45.

PROFESSORES municipais: reunião pedagógica (1968). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p.5, 14 e 15 abr.

PROFESSORES mostram deficiência na educação (1971). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p.7, 2 abr

PROFESSORES pedem: não mandem seus filhos para a escola (1968). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p.1, 23 e 24 fev.

REGISTRO DE FREQUÊNCIA DIÁRIA. Uberlândia, 21.09.1950, Livro 42, p.71; 26.03.1953, Livro 122, p.15; 23.07.1953, Livro 122, p.24.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 20 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ROSA, Nita [bilhete]. Escola Municipal de Capim Branco, Município de Uberlândia, 1953. Bilhete à professora Helena solicitando antecipar o horário de saída de seu filho, e ao mesmo tempo justificando as faltas às aulas de seus sobrinhos.

SILVEIRA, Tânia Cristina da. *História da Escola Rural Santa Tereza (Uberlândia: 1934 a 1953)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

SOUSA, Cacilda de (1963). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p. 3, 8 jan

TREINAMENTO para magistério (1972). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, p.1, 5 jul.

TRIBUNAL de contas defende professoras (1971). *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, não paginado, 14 fev.

TRIBUNAL Regional do Trabalho. Evolução do salário mínimo. Disponível em <http://www.mg.trt.gov.br/informe/calculos/minimo.htm> acesso dia 13/01/2011.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.